

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA, RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, DO TIPO SPLIT, DESTINADOS A CLIMATIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ/CE.

A Câmara do Município de Icó-/CE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Ilídio Sampaio, 2071 - Centro - Icó/CE, CEP: 63430-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.737.977/0001-72, neste ato representado pelo seu ordenador de despesas Sr. Marconiêr Chagas Mota, por intermédio do Agente de Contratação, necessita adquirir os serviços mencionados no objeto acima mencionado:

1. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA: BASE LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

A presente contratação tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, destinados à climatização dos ambientes da Câmara Municipal de Icó/CE, visando proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores, vereadores e atendimento adequado ao público, garantindo conforto térmico, preservação dos equipamentos e melhoria das atividades administrativas e legislativas.

Observa-se que o valor estimado da contratação encontra-se dentro do limite estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual permite a contratação direta por dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços de pequeno valor, desde que devidamente justificada e comprovada a vantajosidade para a Administração Pública.

A realização de um procedimento licitatório completo, considerando a natureza e o baixo valor da contratação, acarretaria custos administrativos elevados, maior tempo de tramitação e utilização desnecessária de recursos públicos, tornando o processo menos eficiente e econômico. Dessa forma, a dispensa de licitação mostra-se como a alternativa mais adequada, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência, celeridade e interesse público.

Ressalta-se ainda que serão realizadas cotações de preços no mercado, conforme determina o art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a contratação ocorra pelo menor preço e em condições vantajosas para a Administração.

Diante do exposto, estando atendidos os requisitos legais previstos no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, justifica-se a realização da contratação por dispensa de licitação, submetendo-se a presente justificativa à autoridade competente para ratificação.

2. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação pretendida, foi: ID COMERCIO E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ nº: 53.305.940/0001-55, com sede na Rua delegado José de Lima nº 254, bairro cidade nova, Icó/CE Cep:63430-000 que apresentou



o MENOR PREÇO entre as propostas apresentadas no valor de **R\$ 45.509,60 (Quarenta e cinco mil, quinhentos e nove reais e sessenta centavos.)**

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços as quais seguem anexo as cotações, apresentado preços compatíveis com os praticados no mercado. Bem como foi dada publicidade via aviso de dispensa de licitação na forma prevista no art. 75, § 3º da Lei 14.133/21.

A prestação de serviço disponibilizado pela contratada supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço e qualificação técnica.

3. DAS COTAÇÕES E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

No processo em epígrafe, restou comprovado ser o menor preço de mercado praticado com a Administração.

O valor proposto no menor orçamento enquadra-se no disposto no art. 75, anexo ainda estimativas de despesas, seja pela cotações anexas nos termos art. 72, inc. II da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

De acordo com a Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), após a cotação, é optado no presente processo o critério menor preço, conforme critérios de julgamentos previsto no art. 33, inc. I da Lei n.º 14.133/2021, assim verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que a devida habilitação jurídica, não deixando de se observar a regularidade fiscal. Destacando ainda que encontram-se atendidos ainda o disposto no art. 75 da Lei n.º 14.133/2021, *in verbis*:

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverão ser observados:

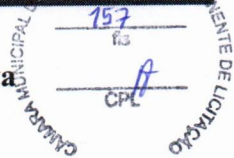
- I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
- II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-los em qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 e seguintes, em especial o art. 68 da Lei n.º 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão





aferidas mediante averificação dos seguintes requisitos:

- I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na formada lei;
- IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
- VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Resta deixar consignado que a empresa ID COMERCIO E SERVIÇOS demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal.

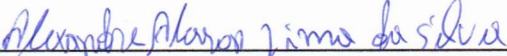
5. CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, no bastante o interesse em contratar a referida empresa, é decisão discricionária do Gestor optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Auditoria Interna e Assessoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Assim, submeto a presente justificativa ao Secretário nos termos do art. 72, inc. VIII da Lei n.º 14.133/2021.

ICÓ/CE, 9 de abril de 2026.


ALEXANDRE ALISSON LIMA DA SILVA
Agente de Contratação